

Estudo Técnico Preliminar 28/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.002185/2023-60

2. Introdução

2.1. A Equipe de Planejamento da contratação, designada pela Portaria nº 618, no Boletim de Gestão de Pessoas /SIGEPE – BGP nº 6.19, Ano 7, em 29 de junho de 2023, elaborou os Estudos Preliminares referentes à contratação em tela para análise de viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

3. Objeto

3.1. Contratação de empresa especializada nos serviços continuados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, orgânicos e indiferenciados gerados nas dependências Ministério dos Transportes, seus anexos, Ministério de Portos e Aeroportos e Ministério das Comunicações, todos localizados em Brasília/DF, abrangendo as etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada, em conformidade com as legislações vigentes para o objeto.

4. Descrição da necessidade

4.1. De acordo com a Lei Distrital nº 6.484, de 16 de janeiro de 2020 e o Decreto Distrital nº 42.032, de 26 de abril de 2021, o MT, MPor e MCom são classificados como grandes geradores de resíduos sólidos, sendo integralmente responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos similares aos resíduos domiciliares, gerados em suas dependências, incluindo as atividades de segregação, coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final desses.

4.2. Entre os resíduos gerados pelo MT, MPor e MCom estão os resíduos comuns não recicláveis, os quais são equiparáveis aos resíduos domiciliares, tais como: papéis sanitários, papéis de copa, papéis metalizados, plastificados, adesivos, papéis que tiveram contato com alimentos, resíduos orgânicos, resíduos de varrição, resíduos de podas de grama e galhas, entre outros. Estes resíduos são classificados como Resíduos Classe II – Não Perigosos, segundo a ABNT NBR 10004.

4.3. Desta forma, para que o MT possa realizar a gestão de forma ambientalmente adequada, é necessário à contratação de empresa especializada para realizar a coleta, o transporte e o destino adequado desses resíduos, uma vez que haverá descontinuidade dos serviços prestados pelo SLU, nos moldes atuais.

4.4. A Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 225, garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a todas as pessoas, sem distinção, sendo um direito universal.

4.5. As referidas Pastas não dispõem de meios próprios (pessoal especializado, frota e local que funcione como aterro sanitário) para a realização das atividades disciplinadas pelos dispositivos legais citados, o que a obriga a socorrer-se da estrutura de terceiros para viabilizar o cumprimento desses mandamentos legais.

4.6. A pretensa contratação tem por intenção, mitigar os riscos de contaminação nos ambientes utilizados para prestação dos serviços assistenciais e dos ambientes frequentados pela população, servidores e visitantes que acessam às dependências e arredores do MT, MPor e MCom, oriundos da presença e proliferação de agentes biológicos, químicos e/ou físicos, tornando assim necessária a adoção de procedimentos especializados de coleta, armazenamento, transporte e destinação final desses resíduos, contribuindo para um ambiente de trabalho agradável e propício a um bom desempenho profissional esclarecendo, que esses cuidados não podem ser dispensados pelo serviço convencional de limpeza urbana.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Logística - DILOG	William Alves

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 6ª Edição setembro/2023:

6.1.1. Logística Reversa:

6.1.1.1. A Logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, pelos seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos.

6.1.1.2. Como primeira cautela, o órgão deve verificar se, para aquele produto ou embalagem, já existe regulamentação editada pelo Poder Público – seja na esfera federal, estadual ou municipal –, ou acordo setorial ou termo de compromisso celebrado pelo Poder Público com o setor produtivo.

6.1.1.3. Sobre logística reversa, consultar o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), plataforma digital com o objetivo de coletar, armazenar, organizar e disponibilizar informações sobre a geração, destinação, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos.

6.1.2. No gerenciamento de resíduos sólidos, observar conjuntamente a Lei 12.305/10: Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.1.3. Observar, no que couber, o Guia de Atuação Ministerial (Encerramento dos lixões e a inclusão social e produtiva das catadoras e catadores de materiais recicláveis). Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/245-cartilhas-e-manuais/6195-guia-de-atuacao-ministerial>. Acesso em: 8 de agosto de 2018.

6.1.4. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

6.1.4.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

6.1.5. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

6.1.5.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

6.1.5.2. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; e

6.1.5.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

Subcontratação

6.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

6.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

6.4. Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

6.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

6.7. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones: (061) 2029-7276/7103/7277.

6.8. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.9. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.10. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.11. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.12. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.13. Os interessados em participar do certame poderão vistoriar as áreas onde serão executados os serviços, verificando instalações e preenchendo a Vistoria para Licitação (Apêndice do Termo de Referência), que deverá ser assinada pelo representante da empresa interessada e pelo SEATA – Serviço de Atividades Auxiliares, e fará parte integrante da documentação de habilitação.

6.14. A ausência da Declaração de Vistoria pressupõe total aceitação das condições estabelecidas.

6.15. A vistoria é recomendada para que as empresas tomem pleno conhecimento das dificuldades inerentes aos serviços e das características das instalações oferecidas, utilizando-se da ocasião para sanar possíveis dúvidas que afetarão a formulação das propostas de preços, não podendo alegar desconhecimento durante a execução do Contrato.

6.16. A vistoria deverá ser realizada pelo responsável da empresa interessada, acompanhado do representante da Divisão de Logística -DIALOG, mediante prévio agendamento de data e horário por telefone, em horário comercial, informando os contatos da Empresa (razão social, CNPJ e telefone), que efetuará a vistoria.

Margem de Preferência

6.17. Após consulta realizada em sítio eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacao.asp?tipo=7>), a Equipe de Planejamento constatou que não há registro de publicação de Decreto de regulamentação para estabelecimento de margem de preferência para a contratação em tela.

Da Participação de Consórcio, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas

6.18. A admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa,

da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame.

6.19. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem, garantiria competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público, uma vez que para o fornecimento dos materiais e serviços não exigem complexidades.

6.20. Em relação à cooperativas, poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o art. 10 da IN nº 5/2017 e por considerar que no objeto ora licitado há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, sendo vedado qualquer tipo de subcontratação.

6.21. Para a contratação em tela, será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado as referidas, os termos dos artigos 46 ao 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pela contratada, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

Da Consulta aos Cadernos de Logística

6.22. Destacamos que o presente objeto licitatório possui caderno de logística "Plano Diretor de Logística Sustentável", o qual versa conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentaveis/plano-diretor-logistica-sustentavel-ver1.pdf>).

Serviço continuado

6.23. A presente contratação se destina à contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, orgânicos e indiferenciados gerados nas dependências Ministério dos Transportes, seus anexos e Ministério de Portos e Aeroportos, todos localizados em Brasília/DF, abrangendo as etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada, em conformidade com as legislações vigentes. A interrupção dos serviços certamente comprometerá a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional do órgão.

Regime de execução

6.24. Será adotado como regime de execução da contratação a empreitada por preço global, considerando a indivisibilidade dos serviços e a interdependência das atividades por competências/afinidade, e tendo em vista que os aspectos qualitativos e quantitativos da solução adotada, são necessários à perfeita execução do objeto, estão definidas de forma completa e pormenorizada, possibilitando aos interessados apresentar remuneração condizente com os encargos a serem assumidos.

Classificação dos Serviços

6.25. Os serviços classificam-se como comuns, conforme inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

6.25.1. O serviço é considerado comum de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que sua interrupção pode comprometer a prestação de serviços públicos de forma satisfatória. Requisito esse definido no Capítulo I, seção VI, subseção II artigo 15 da Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para caracterização de serviços de natureza contínua.

6.25.2. Também o Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão 132/2008 - Segunda Câmara, caracterizou o caráter contínuo dos serviços:

"29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determina do serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

6.25.3. Essas características estão presentes no serviço que pretendemos contratar, ficando demonstrado o caráter contínuo dos serviços.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise, conforme quadro levantamento de mercado descrito abaixo:

Pesquisa de Levantamento de Mercado		
Objeto	Pregão	Órgão
Gerenciamento de resíduos sólidos.	24/2023	Supremo Tribunal Federal - STF.
	15/2023	Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA.
	3/2023	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - Embratur.
	5/2023	Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.
	6/2023	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.

7.2. Para a contratação dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

7.3. Importante acrescentar que durante o levantamento de mercado foi observado que em razão do presente objeto de contratação não apresentar grande vulto ou complexidade técnica que torne restrito o universo de possíveis licitantes, as licitações realizadas pela administração pública não requer a necessidade de participação de empresas reunidas em consórcio.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. É importante salientar que o termo "resíduos" e "indiferenciados" (rejeitos) são termos distintos, pois resíduos podem ser aproveitados, enquanto os rejeitos não. Relevante destacar que a Advocacia Geral da União - AGU, por meio do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e em conformidade com as diretrizes estabelecidas no art. 9º da norma que institui o PNRS, Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e com o art. 30 do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, aborda como orientador fundamental a ordem de prioridade de gestão de resíduos:

Não geração
Redução
Reutilização
Reciclagem
Tratamento dos resíduos sólidos
Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos

8.2. Portanto, a construção da solução para o pretendo objeto tem como alvo a gestão dos resíduos quando se esgotarem internamente, o trato desses materiais. Esclarece-se que os materiais recicláveis secos separados nas dependências do Contratante (origem) não integrarão a presente contratação, e sim serão destinados às Cooperativas de Catadores de Materiais não integrarão a presente contratação Recicláveis, em conformidade com o Decreto nº 10.936 de 12 de janeiro de 2022.

8.3. Quanto ao resíduo orgânico será realizado outro Estudo Técnico para a formalização de outro contrato, tendo em vista o atendimento ao disposto na Lei Distrital nº 6.518, de 12 de março de 2020, o qual requer uma destinação final ambientalmente adequada dos resíduos orgânicos por meio de processos de compostagem ou outro tratamento biológico.

8.4. Com isso, a solução para a viabilização, conforme explicitado no desenvolvimento deste Estudo, abrange a prestação de serviços continuados de transporte de resíduos indiferenciados, não perigosos, gerados nas dependências do MT, Mpor e MCom, abrangendo a totalidade das etapas de coleta, transporte e disposição final em local ambientalmente adequado, conforme diretrizes nacionais e do Distrito Federal.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. A estimativa das quantidades de toneladas para a pretensa contratação foi levantada com base no histórico de demandas.

9.1.1. Destaque-se que a estimativa das quantidades constante no documento citado acima, foi para 12 (doze) meses, onde foi convertido para 60 (sessenta) meses por meio do mapa comparativo.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 600.562,77

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 600.562,77 (seiscentos mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos).

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. A contratação dos serviços em grupo único sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

11.1.1. O parcelamento tornaria os serviços a serem prestados insignificantes em termos de valor, tornando-os desvantajosos para as empresas.

11.1.2. Com maior valor do contrato seria mais atraente para as empresas do segmento acarretando em maior competitividade no certame.

11.1.3. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia processual.

11.1.4. Nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa.

11.1.5. De recursos financeiros, pois não serão multiplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos, entre outros.

11.1.6. De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.

11.1.7. Não haverá qualquer prejuízo para os potenciais licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. O objeto da contratação é a prestação de serviços de gerenciamento de resíduos sólidos. O serviço em questão contribuirá para a coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada, dos resíduos gerados nas dependências do MT, MPor e MCom.

13.2. Nesse sentido, acredita-se que a contratação guarda conformidade com a Portaria nº 542, de 30 de agosto de 2019, que institui o Planejamento Estratégico no âmbito deste Ministério e suas Entidades Vinculadas para o período de 2019 a 2022, mais especificadamente quando aprimora a disponibilidade das informações, conforme dados transcritos abaixo:

[...]

Portaria nº 542, de 30 de agosto de 2019.

"OBJETIVOS ESTRATÉGICOS"

(...)

f) Tema: SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Objetivo 10: Otimizar a aplicação de recursos públicos no setor.

[...]

13.3. A pretensa contratação de empresa especializada no serviços de gerenciamento de resíduos sólidos foi incluído no Plano Anual de Contratações - PAC para execução no exercício 2023, com vistas a atender às necessidades de deslocamentos de cobertura de logística dos servidores a serviço do MT, MPor e MCom, sob o número 91, conforme documento 6807819.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Espera-se com esta contratação obter-se no mínimo os seguintes resultados:

14.1.1. Diminuição dos valores desembolsados anualmente com licitações, ou até mesmo por economicidade processual, de fiscalização e de controle da contratação do objeto;

14.1.2. Otimização da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto na fiscalização de contratos;

14.1.3. Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;

14.1.4. Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para o órgão;

14.1.5. Qualidade e quantidade dos recursos e materiais utilizados;

14.1.6. Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas de gerenciamento de resíduos, no suporte à atividade finalística do órgão;

14.1.7. Garantir a boa execução dos serviços, que seja satisfatória para o usuário/cliente e eficiente para o órgão;

14.1.8. Destaque-se que inexistem quadros funcionais típicos no Ministério dos Transportes para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes; e

14.1.9. Quanto à eficiência: assegurar a continuidade dos serviços do objeto, e do uso racional dos recursos financeiros.

14.2. Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a contratação do objeto, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal.

14.3. Com a contratação em tela busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma econômica e sustentável.

14.4. O resultado pretendido é o gerenciamento de resíduos sólidos a serem executados no MT, MPor e MCom, em Brasília/DF.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Não se aplica, uma vez que o Contratante já possui local para suporte à execução dos serviços.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. A contratação em tela pode gerar impactos ambientais, sendo necessário tomada de medidas para amenizar e sanar possíveis riscos.

16.2. Dessa forma, os possíveis impactos ambientais decorrem da destinação final inadequada dos resíduos orgânicos e indiferenciados, que poderão resultar em:

16.2.1. Contaminação de recursos hídricos;

16.2.2. Lançamento de resíduo em terrenos baldios;

16.2.3. Queima dos resíduos;

16.2.4. Deposição inadequada no solo; e

16.2.5. Produção de chorume que contamina o solo, recursos hídricos e causa efeitos dolosos à fauna e flora.

16.3. Outro fator é a contaminação do ar, devido o uso de caminhões que não são abastecidos com Diesel-S10, que emite menos dióxido de enxofre e conseqüentemente prejudica menos à saúde da população.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Após detalhada análise realizada por meio do presente estudo, que inclui critérios, especificações e práticas de sustentabilidade, esta equipe de planejamento indicada pela Portaria nº 618, de 27 de junho de 2023, publicada no Boletim 6.19, ano 7, de 29/06/2023, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILLIAM ALVES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 09/01/2024 às 10:27:00.

PEDRO ARTHUR BRAUNE GUEDES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 09/01/2024 às 10:32:02.

BRUNO GOMES RODRIGUES

Integrante Administrativo